

HOMENS E MULHERES NO DISCURSO POLÍTICO: QUEM “VOTA WILSON”?

Ceres Carneiro^a

RESUMO:

Discutimos neste artigo a retomada de já-ditos sobre a formação da família brasileira no discurso político do então candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, na última eleição, a partir da análise discursiva de um fragmento do *jingle* utilizado durante a sua campanha. Sob a perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa, disponibilizamos, como dispositivo teórico-metodológico, os conceitos de formação discursiva, formação imaginária, identificação/contra-identificação.

PALAVRAS-CHAVE: discurso político; família nuclear; gênero.

Recebido em: 31/05/19

Aprovado em: 11/10/19

Durante a campanha eleitoral de 2018, fomos imersos em discursos políticos que enalteciam a tradicional família brasileira, baseada em um modelo nuclear, constituída pelo pai, pela mãe e pelos filhos a partir de um casamento monogâmico e tradicional, influenciados pelo patriarcalismo. A família pós-moderna, baseada na satisfação sexual (ROUDINESCO, 2003), sem modelos rígidos de organização e que parecia ser o protótipo de nossa formação social, foi por terra: os bons costumes e a moral cristã tornaram-se o fio condutor do discurso do então candidato à presidência da república Jair

^a Pesquisadora vinculada ao LAS/UFF e Doutora em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: cerescarneiro@gmail.com

Bolsonaro, pelo Partido Social Liberal, que respingou e/ou encontrou eco nos discursos de candidatos aos governos estaduais com ele alinhados.

Tínhamos que a família contemporânea brasileira atendia aos padrões no que Roudinesco (2003) definiu como sendo o da “família recomposta”, ou seja, uma família “frágil, neurótica, consciente de sua desordem, mas preocupada em recriar entre homens e mulheres um equilíbrio que não podia ser proporcionado pela vida social” (p. 153). Entretanto, nos deparamos com um discurso político que, ao reverenciar um projeto de família, aparentemente, ultrapassado, traz à tona a família como núcleo exemplar de conduta em que os lugares de homens e mulheres são diferentemente delimitados: a rua e a casa, respectivamente.

Nossa proposta, aqui, é, a partir do fragmento ***o idoso é 20, a criança é 20, a dona de casa e o trabalhador votam Wilson 20*** do *jingle* da campanha eleitoral do então candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro, pelo Partido Social Cristão, Wilson Witzel, refletir, à luz da Análise do Discurso de linha francesa, sobre a retomada, no discurso político atual, de pré-constituídos sobre a família tradicional, nuclear, feliz e cristã, cuja identificação dos sujeitos-eleitores com esses saberes postos em circulação, regularizaram novos velhos sentidos sobre a família brasileira, culminando com a vitória nas urnas do candidato do PSC. O discurso para nós é todo “um complexo processo de constituição de sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história”. Assim, ao analisarmos esta sequência discursiva, não nos limitaremos a sua interpretação: nos dedicaremos, sobretudo, a compreender a produção de “sentidos por/para sujeitos”, atentando sempre para a tríade “língua-discurso-ideologia” (ORLANDI, 2015, pp. 19/15).

Para atender ao nosso objetivo, discorreremos sobre a formação da família nuclear, com destaque para a sua constituição no Brasil, para discutirmos, a partir do fragmento do *jingle* (e de outros dizeres do então candidato Wilson) essa retomada de saberes, ressonantes em seu discurso político, que muito nos dizem sobre qual(is) imagem(ns) os sujeitos-eleitores, do Rio de Janeiro, projetam da esposa e do marido em nossa atual formação social, tendo a família como referente. Durante o percurso, relacionaremos gênero, trabalho e capital, buscando melhor compreender o enaltecimento da hierarquia entre homens e mulheres presente na sequência discursiva que nos propomos a analisar.

Courtine (2009), em seu estudo do discurso comunista destinado aos cristãos, nos inspira a refletir sobre como tanto a repetição como o apagamento de certos dizeres funciona no discurso político para, via interdiscurso, promover a circulação de determinados saberes que marcam a sua ação. Assim, ao se dizer da “dona de casa” se anulou a trabalhadora: temos um discurso político comprometido com o apagamento da mulher emancipada e financeiramente independente e o, conseqüente, enaltecimento da mulher “do lar”, dependente do marido. Afinal, “enunciar” é “manter o fio de um discurso” e “também repetir, lembrar, esquecer para um enunciador tomado nas contradições históricas do campo político” (COURTINE, 1999, p. 16). Verificamos, pois, na seqüência discursiva ***a dona de casa e o trabalhador votam Wilson 20*** a repetição, a lembrança, a retomada de um dizer cristalizado em um contexto sócio-histórico que tinha a família nuclear como protótipo da sociedade brasileira. Entendamos a formação da família nuclear...

A família nuclear

Com a chegada da família real ao Brasil, em 1808, segundo Almeida (1987), transformações abruptas ocorreram em nossa sociedade, sobretudo, na Corte: mulheres saíam de casa para ajudar os maridos no comércio¹ e os jovens saíam para estudar nas novas instituições de ensino que surgiam. O patriarcalismo brasileiro daria, assim, os primeiros indícios de decadência, sem que, durante a primeira metade do século XIX, as abastadas famílias brasileiras deixassem de retratar uma mulher submissa que, ao trocar o jugo do pai pelo do marido, se tornava dedicada aos afazeres domésticos e à criação dos filhos, dando continuidade, pois, a dependência moral e financeira do “chefe da casa”. A partir da década de 1850, no entanto, a modernização do país surte efeito no comportamento das mulheres que passaram a frequentar lugares públicos e a reivindicar padrões de conduta menos rígidos (VERONA, 2013).

O crescente desenvolvimento das cidades, se contrapondo a uma sociedade escravagista e rural, fez ascender a burguesia e, com ela, uma reestrutura-

¹ Devido à influência de um modelo familiar árabe, os portugueses entendiam que as mulheres poderiam ter atribuições para fora do lar.

ção social se anunciou: a casa não era mais o único lugar das mulheres. Naquele contexto, buscava-se uma relação menos polarizada entre esposas e maridos e colocava-se em pauta a necessidade de uma família harmônica, amorosa e comprometida com a criação dos filhos. Segundo Verona (2013), tal valorização do papel da mulher era um simulacro para a constituição ou cristalização do que seria a família nuclear: pai, mãe e filhos.

A família nuclear, mesmo substituindo, *a priori*, o modelo de família patriarcal, manteve o homem com a atribuição de prover esposa e filhos, trabalhando, pois, fora da casa; e a mulher, responsável pelos afazeres domésticos, pela criação dos filhos e pela satisfação do marido, ocupando, pois, o interior da casa. Segundo Roudinesco (2003), no patriarcado, um sistema jurídico-político, recaía sobre o pai “a autoridade e os direitos sobre os bens e sobre as pessoas” (pp. 35/6); na família burguesa, o pai, “acuado em um território privado”, reconquista a “dignidade perdida” tornando-se o senhor “do empreendimento industrial” (p. 37). Assim, o sistema capitalista burguês, amparado por uma moral cristã, transformou a mulher em “rainha do lar” – no espaço privado – e o homem em gestor – no espaço público –, o que, conseqüentemente, reduziu o poder do marido nas questões domésticas sem, com isso, diga-se, retirar dele as decisões mais importantes (PERROT, 1991). A realização da mulher se pautava, assim, em ser uma admirável e feliz esposa-dona-de-casa-mãe: cabia a ela zelar, diariamente, pelo bem-estar dos membros da família nuclear, incluindo, aí, o prazer do marido, afinal, pretendia-se um casamento monogâmico, cuja vida sexual da esposa e do marido se restringisse ao leito conjugal.

Ressaltamos que muitas das atribuições da família patriarcal migraram para outras instituições: igrejas, hospitais, escolas, deixando a família nuclear com atribuições voltadas ao bem-estar dos seus membros e, sobretudo, à educação dos filhos: ela era o ponto de onde os eventos emanavam ou convergiam. Tanto que, sacramentado o matrimônio, o casal formava a família em um novo lar que não mais o dos pais, tal como ocorria no patriarcado, criando, assim, um novo núcleo familiar. Os “agregados” que compunham a família patriarcal, logo, não tiveram espaço no lar dos centros urbanos: a casa foi arquitetonicamente reconfigurada para dar ao casal (e aos filhos) maior privacidade. A sala se tornou o ambiente aberto às visitas e onde as conversas mais

corriqueiras e suaves eram bem vindas; o quarto, a partir de então, passou a ser restrito ao casal e as suas intimidades, sobre as quais era vergonhoso conversar.

A família nuclear foi o protótipo da família burguesa brasileira até a década de 1960. A partir de lá, no Ocidente, a família entra em crise: as mulheres tinham dúvidas entre o “desejo da feminilidade e o da maternidade, entre o desejo de gozar e o de procriar” e “quanto mais a frustração sexual diminuía, mais o desquite²/divórcio se normalizava e mais a família nuclear e feliz se reduzia a uma díade conjugal” (ROUDINESCO, 2003, p. 146). O divórcio³, visto como uma ameaça à família e à vida social, começava a ser encarado de outra forma: o casamento foi, assim, se tornando um “contrato mais ou menos duradouro entre duas pessoas” (ROUDINESCO, 2003, p. 153), não sendo mais tratado, por muitos, como um “para-sempre”. Esse movimento de “desacralização do casamento e” da consequente “humanização dos laços de parentesco” (IDEM) foram dando uma nova cara à família contemporânea brasileira: “casamentos” extraoficiais, “casamentos” entre homossexuais, ausência de projeto de filhos, mulheres assumindo as contas, homens assumindo os afazeres domésticos e ambos pretendendo uma vida sexual plena e prazerosa.

A participação maciça das mulheres no mercado de trabalho, logo, a intensa ocupação do espaço público, e a consequente independência financeira, levaram-nas a questionar suas posições no casamento e na sociedade. Essas mulheres que foram para a rua e se tornaram autônomas, que deixaram de ser complacentes com a hierarquia entre gêneros, que exigiam do parceiro o próprio “gozo” são as que se inserem em um projeto de família “pós-moderna” que, segundo Roudinesco (2003) é a que tem o sexo como primazia no casamento, em detrimento do amor romântico e da procriação. Por que, então, em um contexto sócio-histórico em que mulheres e homens trabalham fora, participando igualitária e ativamente do sustento da casa, o *jingle* da campanha do candidato marca uma ação voltada para a mulher “dona de casa” (intralar) e submissa financeiramente ao marido, em oposição ao homem trabalhador (extralar) e provedor da família?

² O termo desquite foi incluído por mim, considerando a ilegalidade do divórcio, em nossa sociedade, até meados da década de 1970.

³ A lei do divórcio, no Brasil, foi sancionada em 1977, mas o debate sobre a sua legalidade se fazia presente na década de 1960.

O discurso político, como todo discurso, é sempre vinculado às condições de produção, porque as circunstâncias em que é produzido sempre caracterizarão o processo discursivo (PÊCHEUX, [1975] 2014). Assim, se o candidato optou por dizer *a dona de casa e o trabalhador votam Wilson 20*, o fez porque seu discurso foi formulado a partir das condições de produção dadas. Witzel disse do lugar de candidato do Partido Social Cristão e não de outro Partido, justamente, porque está “bem ou mal, situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado” (PÊCHEUX [1969], p.77): um Partido conservador, político-religioso, tradicionalista, cujos elementos se antagonizam a um campo que defende a emancipação da mulher e da igualdade de gêneros, sustentando, assim, um discurso político que enaltece uma estrutura familiar nos moldes da nuclear.

Trabalho doméstico x trabalho remunerado

Se um discurso só é formulado e compreendido em um contexto sócio-histórico capaz de viabilizá-lo, ou seja, em determinada condição de produção: “ligação entre as circunstâncias de um discurso e seu processo de produção” (PÊCHEUX, [1969] 2014, p. 74), então, dizeres formulados sobre a família estão intrinsecamente relacionados ao seu processo de produção, assim como foram autorizados dentro da conjuntura em que foram (re)produzidos. Temos, pois, que ditos cristalizados em discursos anteriores sobre o casamento ainda funcionam como um efeito de evidência (MALDIDIER, 2003) e atuam como um interdiscurso sobre o casamento, definindo, ainda, papéis de esposas e maridos, amparados em rituais existentes e constituídos em um modelo de família nuclear (e não na “recomposta” família contemporânea brasileira) no discurso político de Witzel.

Mas não podemos ignorar que também está se estabelecendo uma oposição entre o trabalho não-remunerado e remunerado ao se dizer da “dona de casa” e do “trabalhador”, evidenciando “uma divisão hierárquica geral do trabalho entre os sexos/gêneros”, consequência da “hierarquia das relações de trabalho produtoras de mercadorias, fundadora da sociedade capitalista” (MAGALHÃES, 2017, p. 1). Em seu estudo sobre o porquê da ideologia patriarcal ainda funcionar no mundo capitalista, Magalhães (2017) nos diz que

os “afazeres cotidianos da casa” (p. 1), perpassando pelo cuidado com filhos e marido, “sem nenhum custo para o capitalista, é uma forma de exploração” da trabalhadora que potencializa “a extração de mais-valia de forma mais lucrativa”, sem a qual a reprodução dos trabalhadores estaria ameaçada, porque, se todas as tarefas domésticas fossem incorporadas “ao custo do capital”, a sua composição seria de tal forma onerada, que “o rebaixamento dos salários” a níveis alarmantes e insustentáveis seria a única alternativa (p. 1).

Ao se defender que o lugar da mulher é o da casa, se naturaliza a gratuidade da jornada de trabalho feminina, eximindo o Estado de garantir que as atividades domésticas se constituam como direitos do trabalho. A ideologia patriarcal, ainda que não tão claramente, sempre alicerçou o capitalismo, cujo “sucesso” depende da discriminação de homens e mulheres, da exploração potencializada, pois, do trabalho feminino.

O capitalismo desde os seus primórdios se apropria da ideologia patriarcal e mantém a discriminação do sexo e (da atual composição) do gênero feminino – mesmo que isso funcione, cada vez mais, como uma aparente contradição do discurso liberal tanto clássico como contemporâneo (MAGALHÃES, 2017, p. 3).

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que são incentivadas a emancipação da mulher e a sua consequente inserção no mercado de trabalho, é enaltecido “seu lugar como” de “organizadoras e mantenedoras de lares “felizes”, a fim de que se sintam “realizadas” com a maternidade, exercendo duplas ou triplas jornadas de trabalho”, intensificando a exploração do trabalho feminino e enfatizando, “via patriarcalismo, [...] práticas moralizantes”, pertinentes em “épocas de crises econômicas, e as políticas compensatórias” (MAGALHÃES, 2017, p. 2).

Desta forma, podemos compreender que o discurso político de Witzel está, ao destacar o trabalho doméstico da mulher, em consonância não apenas com o projeto de seu Partido, mas com o projeto capitalista de perpetuar o trabalho não-remunerado da esposa: manter viva a memória de que o lugar primordial da mulher é a casa, da qual é dona e rainha, é também um meio de garantir a sobrevivência do capitalismo.

O jogo imaginário

Se, por um lado, *a priori*, elaboramos uma resposta sobre o porquê de as posições de a “rainha do lar” e do “pai trabalhador”, terem sido exaltadas durante a campanha do então candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro; por outro lado, precisamos também questionar: por que homens e mulheres elegeram um candidato que ratifica a posição de “dona de casa” para as mulheres e de “trabalhador” para os homens?

Conforme mencionado, o discurso não se dá aleatoriamente, mas em uma determinada circunstância, em que o contexto imediato e o contexto sócio-histórico se mesclam entre si. Mas há também o jogo imaginário que se faz presente em todo processo discursivo porque, antes de dizer, todo interlocutor (A) projeta imagens do outro interlocutor (B), considerando os lugares que ambos ocupam em uma determinada formação social, ou seja, em todo processo discursivo está em jogo uma série de formações imaginárias que “designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, [1969] 2014, p. 82): o discurso se dá a partir das imagens que o sujeito projeta da sua própria posição e da posição do outro (SCHERMACK e FREITAS, 2012). Temos então que, ao formular *a dona de casa e o trabalhador votam Wilson 20*, o interlocutor em A (candidato e sua equipe) não só projeta a imagem dos eleitores fluminenses (interlocutor em B) como de conservadores e tradicionais no que tange à organização familiar, como supõe antecipar que os eleitores querem ouvir/ler que cabe à mulher cuidar da casa e ao homem trabalhar fora para sustentar a família. Ocorre que, no jogo imaginário, o interlocutor A acredita antecipar quais efeitos de sentido o seu dizer terá sobre o interlocutor B, e tal antecipação, por sua vez, irá interferir na formulação de seu próprio dizer.

Pêcheux ([1969] 2014) nos traz que as diversas formações imaginárias “resultam, elas mesmas de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar, mas que deram nascimento a “tomadas de posição” implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco” (p. 85). Então podemos compreender que discursos produzidos sobre a exemplar família brasileira em outras condições,

logo, em um contexto sócio histórico em que a família nuclear era o amálgama da sociedade burguesa cristã-brasileira e que, *a priori*, não funcionavam mais, retornaram, atualizando sentidos outros no discurso político, em movimento, durante a campanha eleitoral do candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro em 2018.

Já-ditos sobre o lugar da esposa e do marido (formação imaginária), entretanto, só ecoaram porque os sujeitos-eleitores fluminenses se identificaram com o sujeito do saber (PÊCHEUX, [1969] 2014) que pôs este (e não outros) sentidos sobre a família em circulação. Ressaltamos ser a identificação com saberes postos em circulação que atestará a manutenção do sujeito em uma ou em outra formação discursiva (FD), entendida por nós como aquilo que “a partir de uma dada conjuntura dada, determinada pela luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2014, p. 147).

Assim, as imagens projetadas pelo interlocutor em A sobre os lugares de homens e mulheres, em nossa atual formação social, vão de encontro às imagens projetadas pelos eleitores (interlocutor em B) sobre si mesmos. Sentidos hegemônicos, pois, em outras condições de produção sobre a família brasileira ressoaram e foram atualizados, inclusive, porque se constituíram a partir de identificações imaginárias compatíveis com o ideal de mulher-dona-de-casa.

Não estamos afirmando, cabe esclarecer, que somente as donas de casa e os trabalhadores votaram em Wilson: lidamos, aqui, com já-ditos em outro lugar e em outro tempo que, ao serem retomados, foram legitimados pelos sujeitos-eleitores fluminenses, porque, nesta relação entre interlocutores, o sujeito do discurso se identificou com o sujeito do saber (PÊCHEUX, [1969] 2014) e tal identificação interferiu na escolha do voto. Tais sujeitos (eleitores de Wilson), ao se aproximarem do sujeito do saber de formação discursiva machista, contestam, por consequência, o sujeito do saber de formação discursiva não-machistas, passando “a ocupar uma posição contraditória no interior da forma-sujeito a qual se inscreviam” (CARNEIRO, 2018, p. 212), evidenciando, assim, uma contra-identificação “com a posição sujeito dominante”, desencadeando “um afrontamento com fragmentação da forma-sujeito” (INDURSKY, 2008, pp. 27/28) e, por conseguinte, mudando as práticas desses sujeitos, mesmo que ainda não tenha rompido com sua filiação ao interior de outra forma-sujeito na qual a igualdade de gêneros é dominante.

Propositalmente, recortamos o fragmento do *jingle* para tratarmos inicialmente da sequência ***a dona de casa e o trabalhador votam Wilson 20***, considerando a nossa explanação sobre o papel da mulher e do homem na família nuclear. Tratemos da primeira sequência: ***o idoso é 20, a criança é 20***. O número 20, obviamente, corresponde ao número de registro do então candidato Wilson Witzel, mas podemos perceber deslizamentos nesse dizer. É corriqueiro, no Rio de Janeiro, dizer que algo ou alguém é 10, fazendo uma menção a nota máxima 10 de uma prova, assim, entendemos que o 10, sofreu um processo parafrástico, que, localizado na tensão mesmo-diferente, permitiu a substituição de uma palavra (10) por outra (20), mobilizando outros efeitos e mantendo uma memória sobre si (10) que deslizou para o 20: o idoso e a criança, “eleitores” de Wilson não são 10, são 20, são, portanto, duas vezes melhores.

O idoso não é obrigado a votar e à criança não é facultado o direito ao voto, mas ainda assim são mencionados no *jingle* como forma de incluir, em seu discurso político, além da mãe e do pai, os filhos e os avós (extensão da família nuclear). Ao colocar a criança como sendo 20, diz da criança um ser capaz de discernir sobre qual o melhor candidato para governar o Estado, dando a ela uma competência que não a regularizada na discursivização sobre a infância em nossa formação social. Temos aí a retomada de pré-construídos, de já-ditos durante a Idade Média, quando a criança era discursivizada como uma miniatura de adulto e, portanto, assumia funções de adultos, se trajava e, sobretudo, era tratada como um (ARIÈS, 1981), recuperados e apropriados no/pelo discurso atual de Witzel.

Pela norma culta da língua portuguesa, o plural de dois gêneros é colocado no masculino, entretanto, idoso está no singular, o que nos faz questionar: por que não a idosa é 20? A escolha pelo gênero masculino (o idoso) nos diz da primazia do homem sobre a mulher: entre a idosa e o idoso, optou-se pelo homem velho, o chefe da família, o patriarca., o que pode ser ratificado pelo dizer do candidato quando apertava a mão de seus pretendidos candidatos: ***juiz federal, militar pra botar ordem na casa***⁴. Temos aí que a “casa” está em desordem porque não tinha em seu comando um homem para “botar ordem”

⁴ Sequência recortada de um vídeo da plataforma *youtube*.

nela, mas não qualquer homem: o capaz de ordenar a casa é aquele tutelado pelo judiciário e pelo quartel. O comando é do homem com conhecimento e a disciplina imposta pela lei e pelo militarismo. O sentido de casa é, na polissemia, rompido, deslocado para outro significado (ORLANDI, 2015) que não mais o de domicílio: casa passa a significar Estado, do qual o candidato se diz apto, pelos títulos que acumula, a colocar ordem. O homem capaz de acabar com a desordem é discursivizado como autoritário, soberano, dominador, impositivo a quem os subordinados devem obediência, tal qual ao pai-Deus, característico da família patriarcal (ROUDINESCO, 2003).

Considerações finais

Ao refletirmos sobre o fragmento do *jingle* do então candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, procuramos enfatizar o jogo imaginário por trás deste discurso político, justamente, porque qualquer dizer sempre está relacionado “com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis” (ORLANDI, 2015, p. 37). Entendemos, pois, que os dizeres de Witzel, veiculados por meio do *jingle* ou por ele verbalizados, fazem parte do processo discursivo em que pesou o seu principal objetivo político: vencer a eleição e se tornar governador do Rio de Janeiro. Em nossa compreensão, mobilizou melhor do que qualquer outro candidato o jogo de imagens que possibilitaram a ele (e não a outro candidato) a constituição dos sujeitos-eleitores fluminenses, “esperando-os onde eles estavam, com as palavras que eles queriam ouvir”⁵ (ORLANDI, 2015, p. 40).

O candidato, interlocutor em A, ao antecipar os sentidos que suas palavras teriam sobre os eleitores (interlocutor em B), pretendeu produzir determinados efeitos que, considerando a aderência a sua candidatura, parece ter conseguido. Ao se referir aos membros da família nuclear (com resquícios de patriarcalismo) como sendo seus eleitores em potencial, diz das suas posições: o idoso, o patriarca agregado; a criança, o filho tornado adulto; a esposa, a dona-de-casa; e o marido, o trabalhador, funcionando como uma discursivi-

⁵ Tomamos a liberdade de alterar o tempo verbal do Presente para o Pretérito de forma a garantir a coerência do texto.

zação da família entendida pelo interlocutor em A como sendo a ideal para si e para o outro interlocutor (em B).

O discurso político, assim como nenhum outro discurso, é estanque das condições em que ele foi produzido ele é, pois, sempre um discurso relacionado a outros discursos. Pêcheux ([1969] 2014) nos traz que, por trás da formulação e da compreensão de cada discurso, há, impreterivelmente, um contexto que o viabiliza, produzindo certas formulações (e não outras) e certos sentidos (e não outros). As imagens que os interlocutores fazem de si, dos outros e dos lugares ocupados desses envolvidos na trama discursiva, sofrem interferência das condições de produção do discurso, determinando, portanto, o seu modo de dizer. Assim, podemos compreender que ditos sobre sendo o lugar da mulher a casa e do marido a rua, regularizados em outra conjuntura foram (re)atualizados em uma nova conjuntura, permitindo a circulação de novos velhos saberes.

Entendemos, desta forma, que sentidos hegemônicos sobre a família, regularizados em outras condições de produção, só puderam ser atualizados porque o sujeito do discurso se identifica com esses saberes novamente postos em circulação. Tanto o sujeito-candidato quanto os sujeitos-eleitores de Witzel, assim, se identificam com uma FD machista, que diz ser a posição da mulher a de “dona de casa” e a do homem o de “trabalhador” e provedor da família.

Referências:

ALMEIDA, A. *Notas sobre a Família no Brasil*. IN: ALMEIDA, A.M.et al (orgs.) *Pensando a Família no Brasil*. Rio: Espaço e Tempo/UFRRJ/RJ, p. 53- 66, 1987.

ARIÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro/RJ: LTC Editora, 1981.

CARNEIRO, C. *“A culpa (não) é da outra”? O discurso sobre triângulos amorosos no “consultório sentimental” da revista Claudia*. Tese de doutorado, UFF/RJ, 2018.

COURTINE, J. J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos/SP: EDUFSCAR, 2009.

COURTINE, J. J. (1999). *O Chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político*. In: INDURKY, Freda. (org.). Os múltiplos territórios da análise do discurso. Porto Alegre/RS: Editora Sagra Luzzato.

INDURSKY, B. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. IN: MITTMANN, S, GRIGOLETTO, E, CAZARIN, E. Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua. Porto Alegre/RS: Nova Prova 2008.

MAGALHÃES, B. R. C. *Lógica Capitalista e Patriarcado*. IN: Gilmaísa M Costa; Edlene Pimentel; Norma Alcântara; Reivan Souza. (Org.). Crise Contemporânea, Desafios do Conhecimento e Lutas Sociais. Maceió/AL: Edufal, 2017, v. 1, p. 1-354.

MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas/SP: Pontes, 2003.

ORLANDI, E.P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas/SP: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, M. [1969]. *Análise Automática do Discurso*. IN: GADET, F. & HAK, T.(org.). Por uma análise automática do discurso. Campinas/SP: UNICAMP, 2014.

PÊCHEUX, M. [1975]. *A propósito de uma análise automática do discurso*. IN: GADET, F. & HAK, T.(org.). Por uma análise automática do discurso. Campinas/SP: UNICAMP, 2014.

PÊCHEUX M. *Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2014.

PERROT, M. *Figuras e Papéis*. IN: História da Vida Privada. vo. 4: da Revolução Francesa a Primeira Guerra/ sob dir. de Michelle Perrot (et al); tradução de Denise Bottman, partes 1 e 2; Bernardo Joffily, partes 3 e 4. São Paulo: Cia da Letras, 1991.

ROUDINESCO, E. *A família em (des)ordem*. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar Editor, 2003.

VERONA, E. M. *Da feminilidade oitocentista*. São Paulo/SP: Ed, Unesp, 2013.
Site: <https://www.youtube.com/watch?v=uwjVKwftokc>. Acesso em: 05/04/2019.

MEN AND WOMEN IN POLITICAL DISCOURSE: WHO “VOTES WILSON”?

ABSTRACT:

We discuss in this article the retake of already-sayed on the formation of the Brazilian family in the political discourse of the candidate for the state government of Rio de Janeiro, Wilson Witzel, in the last election, from the discursive analysis of a fragment of the jingle used during his campaign. From the perspective of the French Discourse Analysis, we work, as a theoretical-methodological framework, the concepts of discursive formation, imaginary formation, identification/counter-identificacion.

KEYWORDS: political discourse; nuclear family; gender.